

OS PROCESSOS DE HIGIENE VERBAL E O POLITICAMENTE CORRETO

Aleksandra PIASECKA-TILL (UFSC)

Abstract: Taking into consideration Fairclough's (1989, 1992) statement that language use (discourse) shapes and is shaped by society, I discuss the concept of "verbal hygiene" (Cameron 1995) and its implications for critiques of "political correctness."

Neste trabalho, gostaria de apresentar reflexões sobre o conceito de *higiene verbal* (Cameron 1995) e suas implicações para as críticas da linguagem *politicamente correta*. Essas reflexões resultaram das minhas leituras recentes, que constituem o passo inicial de pesquisa que visa a minha futura tese de doutorado, acerca do uso de expressões politicamente corretas pelas imprensas britânica e brasileira, e da contribuição desse uso no processo de representação de gêneros na sociedade.

A pesquisa (como a minha visão do mundo) se insere na perspectiva crítica, embasada teoricamente pelas considerações do Norman Fairclough (1989, 1992), um dos mais influentes representantes da Análise Crítica do Discurso (ACD).

1. Os principais pressupostos da ACD, segundo Fairclough

As analistas críticas de discurso enfatizam a importância de desenvolvimento de uma análise do discurso que, além da descrição de fenômenos puramente

linguísticos, como quer a linguística tradicional, considere aspectos históricos, sócio-políticos e culturais.

A ACD é baseada na gramática sistêmica-funcional de Halliday (1994), que vê a linguagem como "a semiótica social." Sob essa perspectiva, a linguagem deve ser interpretada dentro do contexto socio-cultural, e o texto não deve ser dissociado do seu contexto de situação. A ACD tem como um dos objetivos principais a conscientização das pessoas de como a linguagem é usada para dominá-las, ou para criar e reforçar as desigualdades, sejam étnicas, econômicas, sociais, intelectuais ou de gênero.

Fairclough, na sua teoria social do discurso, focaliza a linguagem e relações de poder, discurso e transformação social, e conscientização crítica de linguagem. Ele diz, que a linguagem determina e ao mesmo tempo é determinada por relações sociais. Usando-a, perpetuamos convenções sociais. Mas, de acordo com ele, essas convenções podem ser transformadas através de uso alternativo da linguagem.

As pesquisas do autor mostram que, em todo tipo de discurso, certas participantes exercem controle discursivo sobre outras, assim indicando que existe uma relação estreita entre discurso, poder e ideologia. Por isso, Fairclough vê cada evento discursivo (o instante do uso da linguagem) como multidimensional e sugere uma análise desse evento em três níveis interdependentes: o do texto, o da prática discursiva e o da prática social.

2. Higiene verbal

Tendo em mente as colocações acima, parti para a leitura do **Verbal Hygiene**, o livro de Deborah Cameron, publicado em 1995, no qual ela introduz a metáfora de "higiene verbal." Usa esse conceito em relação a todos os casos da reflexão humana de caráter avaliativo sobre linguagem.

Para ela, todas as pessoas se tornam higienistas verbais, porque todas elas sempre se inscrevem em alguma autoridade em linguagem, baseada em tais valores como funcionalidade, estética ou moralidade, um fenômeno puramente ideológico. Isso é causado pelo fato de que, principalmente nas línguas maternas, sempre possuímos normas de *errado*, *elegante* ou *apropriado*, por exemplo.

O que a autora constata é que algumas higienistas verbais são vistas como praticantes do prescritivismo, e que a grande maioria delas não quer admitir essa prática através de sua retórica.

Por coincidência, quando lia o livro, me defrontei com quatro publicações, relevantes para o assunto paradoxal. Três delas sob títulos mais ou menos sugestivos: *Language Guidelines*, *Guidelines for the Use of Gender-Free Language* e *Draft Recommendations on Practice in Applied Linguistics*, e a quarta, sob um praticamente inócuo **English for Journalists**. Sendo exemplos de uma certa preocupação para com o uso da linguagem, ou para com as prioridades éticas; essas publicações ilustram a constatação de Cameron, que contribuiu para a minha melhor compreensão da posição dela sobre práticas reguladoras da linguagem.

O primeiro texto, editado pela Universidade de Birmingham, logo no parágrafo de abertura expõe o seu objetivo:

In June 1990, the Senate and Council agreed that all future documentation produced by the University should be written in gender-neutral terms. These guidelines are intended **to explain and give advice** on the use of gender-free language.

O documento explica brevemente a necessidade de uso da linguagem não-sexista. Em seguida, apresenta de maneira clara, em duas colunas, distinguidas através de cabeçalhos *Instead of* e *Use*, várias listas de, por exemplo: formas de tratamento, pronomes pessoais, frases completas e expressões que devem ser substituídas, junto com as dicas de como isso deve ser feito. Faz também sugestões de mudança da ordem de palavras em pares estereotipados (men and women), e sugere uso de materiais de ensino relevantes para todas as pessoas, independente das origens, sexo, religião ou o estado de saúde.

Além do objetivo geral das autoras de Birmingham, uma colocação especificamente têm ressaltado a ligação desse texto com os que seguem:

It is not a form of censorship but a positive step in addressing and including the whole population.

O segundo folheto foi editado pelo Comité do Programa de Oportunidades para Mulheres da Universidade de Strathclyde, e endereçado às funcionárias e alunas dessa universidade. Depois de definir o que é linguagem sexista, as autoras justificam da seguinte

maneira o uso da linguagem livre das expressões que marcam gênero:

The conscious adoption of a gender-free policy in teaching and writing can bring positive results in the way that students react in learning situation. **Far from being a form of censorship**, gender-free language is a conscious choice on the part of staff to include all potential addressees and to acknowledge all students and fellow staff on an equal basis through the language they use. Students can thus be assured that the university world is not the male domain that it may appear to be.

O restante do folheto traz uma série de formas sugeridas do uso da linguagem, organizadas em quatro partes sob títulos de *Address*, *Generics*, *Derogatory / Patronising Terms* e *Examples*. Para consulta rápida, alguns itens selecionados dessas partes são rerepresentados numa sessão intitulada *Checklist*.

O terceiro documento foi editado em 1994 pela BAAL (Associação Britânica de Lingüística Aplicada), que "persuaded the drafting group to aim for checklist of **recommendations rather than a definite code of prescriptions**" (p. 14). Essas recomendações refletem prioridades éticas da instituição e não se referem a, nem mencionam explicitamente, o uso da linguagem. Elas propõem:

In a changing climate of teaching and research [...], acting in the spirit of good equal opportunities

practice and showing due respect to all participants, to the values of truth, fairness and open democracy, and to the integrity of applied linguistics as a body of knowledge and a mode of inquiry. (p. 2)

Finalmente, o livro de Hicks (1993), que foi definido pelo catálogo de 1995 de Língua e Linguística da Routledge como um guia valioso não só para fundamentos de inglês, mas para aqueles aspectos da escrita --discurso oblíquo, estilo da casa, jargão, clichés-- que são específicos da linguagem do jornalismo (p. 5). Na verdade, esse livro é uma coleção de diferentes listas de exemplos, que constituem nove capítulos sob tais títulos como *O uso de inglês*, *A gramática: as regras*, ou *Palavras*. No primeiro capítulo *The Use of English*, o autor declara que "this book is **less prescriptive** than some others on the question of vocabulary" (Hicks 1993: 2).

As frases acima em negrito mostram claramente que as produtoras desses textos temem o rótulo de prescritivistas. Essa atitude, apesar de hipócrita, é natural, uma vez que "in the discourse of linguistics [...] the term 'prescriptivism' has [...] a negative connotation that is almost impossible to avoid it" (Cameron 1995: 3). A confirmação dessa visão podemos encontrar em Coulthard (1994b: 1), quando ele faz comentários críticos de uma premissa que permanece sem desafios: a de que a linguística está totalmente absorvida em fazer declarações descritivas e não prescritivas. Isso é declarado mesmo por aqueles que indicam superioridade de alguns textos sobre outros.

Coulthard vê a avaliação do texto como um meio pedagógico. Deriva a inspiração para avaliar a concepção de Halliday (1994) de objetivos da análise do discurso.

Avaliação é o mais alto dos dois níveis da realização (o outro é a compreensão) aos quais devemos almejar enquanto analisamos um texto. A nossa análise linguística deve tornar possível decidirmos se um texto é, ou não, "an effective text for its own purposes" (id.: xv). Através da análise, tornamo-nos aptos a detectar os graus de sucesso ou falha do texto.

Semelhante ao autor acima citado, Cameron tenta se opor ao valor negativo do prescritivismo. Do ponto de vista da autora, é impossível evitar que se julgue o valor da linguagem, porque isso faz parte integral do processo de uso da linguagem. Cameron critica Robin Lakoff por aceitar a mudança linguística somente no caso de um movimento espontâneo vindo *de baixo*, quando lhe falta uma intervenção consciente do usuário da linguagem. Ela rejeita completamente a ideia, lançada pela filologia comparada no século dezenove, de que a língua é um fenômeno existente à parte dos seus usuários. Em contraposição, concorda com Milroy que diz : "language is not a living thing but a social practice of living things, then the processes affecting it are social processes" (in Cameron 1995: 5).

Tenta destruir as oposições binárias do descritivismo e prescritivismo, reforçando essa ideia de Milroy com o argumento de que a capacidade humana para aquisição e o uso da linguagem é necessariamente atualizada dentro das relações sociais. Assim o tipo de regularidade comportamental, captada em uma regra, deve surgir, em primeiro lugar, da percepção e preenchimento de certas normas.

Dessa maneira, Cameron consegue apresentar o prescritivismo junto com a normatividade como práticas

indispensáveis e muito mais comuns do que poderíamos imaginar. Para aceitar a ideia de que a higiene verbal é uma prática dessas, basta observar inúmeros exemplos colhidos no livro: desde o ensino da gramática inglesa nas escolas, a regulação do estilo pelos editores, e políticas ou campanhas de fortalecimento dos direitos linguísticos das minorias, a recente promoção de aconselhamento para mulheres de como elas podem falar mais eficientemente. Também, os movimentos a favor ou contra a assim chamada linguagem *politicamente correta*, cada vez mais presente nos mídia, porém quase sempre tratada com ironia.

3. O politicamente correto (PC)

O uso da linguagem politicamente correta é um dos aspectos mais controvertidos na discussão da higiene verbal; então, torna-se difícil expor aqui o problema exaustivamente. Por isso, eu gostaria somente de sinalizar alguns dos fatores mencionados por Cameron, na minha opinião os mais intrigantes.

Parece existir uma série de esforços concentrados dos mídia para desacreditar o PC, cujas razões vou tentar desvendar na minha tese. Como a autora relata, "PC now has such negative connotations for so many people that the mere invocation of the phrase can move those so labelled to elaborate disclaimers, or reduce them to silence" (id.: 123).

Como uma consequência seguinte desse processo, eu vejo o estabelecimento da definição do PC pelas suas oponentes e não defensoras. Pertencendo ao último grupo, vejo o PC como um meio de defender as minorias contra

os preconceitos refletidos e expressos através do uso da linguagem. Mesmo assim, Cameron afirma, que "the people who are characterized as adherents of the 'political correctness movement' strenuously deny that any such movement exists" (id.: 124). Elas preferem definir-se como adeptas da ação afirmativa, linguagem não-discriminatória e currículos multiculturais, sem referências explícitas ao PC.

Ao que se refere à compilação de dados, existe um número reduzido de fontes úteis e testáveis para dicionários, por causa das origens do PC em movimentos da Esquerda e da contra-cultura. O fato de que eles não pertencem aos discursos convencionais, faz tornar-se extremamente árduo o acesso a sua história oculta.

Contudo, o que eu considero o mais relevante para o debate sobre o PC é a posição favorável de Cameron em relação à questão do uso da linguagem politicamente correta. Concordo plenamente com a colocação dela, de que o PC não é mais ameaçador à liberdade de expressão do que qualquer outro conjunto de normas linguísticas, nem ameaça a nossa habilidade de comunicar-nos.

Porém, para concluir, eu gostaria de lembrar uma importante advertência:

it [PC] threatens only our freedom to imagine that our linguistic choices are inconsequential, or to suppose that any one group of people, in the guise of defending 'the language', has an inalienable right to prescribe them. (id.: 165)

Tal posição pode contribuir para um debate mais racional sobre a natureza das normas sociais sobre o uso da linguagem.

NOTAS:

1- Ao longo do trabalho, referindo-me a pessoas, uso como genéricas as formas femininas. Esse uso alternativo é uma tentativa de mostrar a linguagem como um fator transformador das relações sociais.

2 - Em todas as citações, sinalizo a minha ênfase através do negrito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMERON, D. (1995) *Verbal Hygiene*. London and New York: Routledge.

COULTHARD, M. (1994) *On analysing and evaluating written text*. In: COULTHARD, M. (ed.) *Advances in Written Text Analysis*. London: Routledge; pp. 1 - 11.

FAIRCLOUGH, N. (ed.) (1989) *Language and Power*. London: Longman.

----- (1992) *Critical Language Awareness*. London and New York: Longman.

HALLIDAY, M. A. K. (1994) *An Introduction to Functional Grammar: Second Edition*. London: Edward Arnold.

HICKS, W. (1993) *English for Journalists*. London and New York: Routledge.